

SOCIUS Working Papers

Isabel Castro

**"Problemática qualitativa e quantitativa
do 'capital social': uma exploração "**

Nº 3/2006

SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa
Rua Miguel Lupi, 20
1249-078 Lisboa
Tel. 21 3951787 Fax:21 3951783
E-mail: socius@iseg.utl.pt
Web Page: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>

Problemática qualitativa e quantitativa do “capital social”: uma exploração*

Isabel Castro**

Resumo: O presente ensaio tem por objectivo abordar, de forma sintética, a problemática actualmente existente sobre o conceito de capital social, analisando, tanto as diferentes abordagens de que tem sido alvo, como as diferentes formas de medição, como, ainda, as perspectivas que são delineadas para o seu desenvolvimento futuro. Assim, partindo da abordagem do conceito avançada por Pierre Bourdieu (1986) no seu artigo “*The Forms of Capital*”, passando, depois para a abordagem de James Coleman (1988) em “*Social Capital in the Creation of Human Capital*”, seguindo para uma síntese das duas abordagens anteriores realizada por Philippe Steiner (1999) em *La Sociologie Economique*. De seguida, debruçamo-nos sobre a perspectiva teórica de Robert Putnam (1996) a partir de *The Strange Disappearance of Civic America*, perspectiva que terá como um dos críticos Nan Lin (2001) em *Social Capital: A Theory of Social Structure and Action*. Faremos, depois uma síntese da abordagem de Francis Fukuyama constante em *Social Capital and Civil Society*, perspectiva que está próxima da abordagem do Banco Mundial. Passaremos, ainda, pela abordagem de Alejandro Portes patente em *Embeddedness and Immigration: Notes on the Social Determinants of Economic Action*, bem como pela de Michael Woolcock apresentada em *Capital Social: Implicaciones para la Teoría, la Investigación y las Políticas sobre Desarrollo*, a qual também se aproxima da abordagem defendida pelo Banco Mundial. Por último, faremos uma síntese sobre as tentativas avançadas para a medição do capital social e, finalmente, teceremos algumas considerações gerais sobre o conceito e tentativas de medição já realizadas, terminando com algumas reflexões sobre possíveis desenvolvimentos futuros desta problemática profícua mas, também, ambivalente e ambígua.

*Este paper constitui uma primeira incursão na problemática de investigação sobre o capital social, parte do objecto de estudo de futura dissertação de doutoramento no ISEG.

**SOCIUS/ISEG

1. Introdução

Passando em revista sumária algumas das “leituras” realizadas sobre o conceito de capital social, consideramos que as discussões mais usuais se concentram em torno da função e em torno das características inerentes ao capital social, isto é, para alguns o capital social resulta das características dos indivíduos, para outros resultará mais da interacção dos indivíduos uns com os outros, estando, neste caso, o capital social dependente da relação (tipo e formas) que os indivíduos estabelecem uns com os outros.

Independentemente da defesa de características individuais ou colectivas implícitas no conceito teórico de capital social, torna-se bem mais importante questionar o interesse recente por este conceito, dado que a sua substância revela ser tudo menos recente¹. A forma como nos relacionamos uns com os outros, independentemente das nossas características ou das características do(s) grupo(s) em que estamos inseridos, foi e será sempre complexa de analisar, pela multidimensionalidade e complexidade dessas mesmas relações. As relações não se definem, apenas, pela sua densidade ou estado difuso, não se definem, apenas, pela centralidade da nossa posição nessas relações ou pelo poder ou pela influência que exercemos ou as relações exercem nas nossas vidas. Embora todos estes aspectos sejam importantes, não são exclusivos da definição do nosso estar “inserido” socialmente ou do volume de capital detido por nós em interacção com os outros. Haverá algo mais, muito difícil de conceptualizar e consensualizar, que se enquadra no conceito de capital social, já que para as nossas relações também contribuem, fortemente, factores genéticos, factores/características individuais e colectivas que nos tornam únicos no colectivo e colectivos específicos. Estes, serão, porventura, os factores que mais concorrem para a “inserção” ou a predisposição para o estabelecimento de relações contingentes ou duradouras com os outros. Factores como: talento natural, inteligência, educação, níveis de esforço, sorte não são distribuídos igualmente pelos indivíduos, nem são susceptíveis de “contabilização” nem de “cotejo linear”. São diferentes capacidades e vontades que se reflectem numa rede de relações, não podendo, estas, ser *standardizadas* pela “multiplexidade” (não no sentido utilizado na análise de redes, mas no sentido da múltipla complexidade) de que se revestem. Ou seja, procurar estabelecer padrões de relacionamento ou teorias gerais do capital social será bastante difícil, e tanto mais difícil será a utilização de uma medida *standard* para esse mesmo capital social. Esta

¹ Segundo Norbert Elias (2004:203)

“Em fases mais remotas da evolução social, o homem singular estava (...) mais frequentemente e, também, de modo geral mais fortemente ligado às associações em que se inseria desde o nascimento. Os homens singulares estavam ligados vitaliciamente e, em todo o caso, de forma mais vincada, a unidades sociais pré-estatais, isto é, sobretudo ao clã, à terra ou à tribo, pois eram associações das quais podiam, conforme as circunstâncias, esperar ajuda e protecção em dificuldades extremas da vida. Nas sociedades evoluídas, e isto também significa nas sociedades que são mais ricas enquanto tal, nomeadamente em capital social, o nível de integração do estado tem assumido cada vez mais esta função de último recurso nas contrariedades da vida (...).”

dificuldade foi sendo percebida, primeiro, pela reflexão sobre o conceito, e, depois, pelas múltiplas abordagens feitas, as quais dificilmente podem ser consensuais porque o capital social não pode ser representado por um somatório ou por um “produtório” (de produto) de factores exclusivamente característicos do funcionamento dos grupos, nem pode ser inferido pelos níveis de maior ou menor participação cívica ou de pertença a x grupos, de entre outros indicadores muitas vezes referidos como formas de o medir, dado serem formas redutoras de traduzir uma realidade profunda e magnânima.

2. A problemática qualitativa do “capital social”

2.1. Problemática qualitativa académica

A síntese que faremos da problemática qualitativa existente na abordagem do capital social, focará, apenas, alguns dos autores considerados pioneiros na abordagem desta problemática, como são os casos de Pierre Bourdieu, James Coleman, Robert Putnam, Nan Lin, Francis Fukuyama, Alejandro Portes, de entre outros.

Segundo Pierre Bourdieu (1986:103), o capital social

“(...) is the aggregate of the actual or potential resources that are linked to possession of a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition (...) which provides of its members with the backing of the collectivity-owned capital, a “credential” that entitles them to credit in the various senses of the word (...)”

Para cada indivíduo o volume de capital social possuído dependerá da dimensão da rede de conexões que pode efectivamente mobilizar, mas dependerá, também, do volume de capital (económico, cultural e simbólico) possuído, legitimamente, por cada uma das pessoas com quem se está conectado.

É importante salientar que, na perspectiva de Bourdieu, a existência de uma rede de relações não é um dado natural, um dado social, sendo, antes, o produto de estratégias de investimento, individual ou colectivo, consciente ou inconsciente, que têm por objectivo estabelecer ou reproduzir relações sociais que possam ser directamente utilizáveis (ou eleitas) no curto ou longo prazo, isto é, que visam transformar relações contingentes em relações necessárias e selectivas, as quais implicam obrigações duradouras subjectivamente sentidas (como a gratidão, por exemplo) ou institucionalmente garantidas (pelo direito).” *(...) Exchange transforms the things exchanged into signs of recognition and, through the mutual recognition and the recognition of group membership that it implies, re-produces the group (...)”* (1986:104). Neste sentido, a reprodução do capital social pressupõe, na óptica de Bourdieu, um esforço contínuo de

socialização, uma série de trocas contínuas nas quais o reconhecimento possa ser, interminavelmente, afirmado e reafirmado. Para Pierre Bourdieu a questão da reprodução do capital social constitui um trabalho de socialização

"(...) which implies expenditure of time and energy and so, directly or indirectly, of economic capital, is not profitable or even conceivable unless one invests in it a specific competence (knowledge of genealogical relationships and of real connections and skill at using them, etc.) and an acquired disposition to acquire and maintain this competence, which are themselves integral part of this capital." (1986:104).

As disposições para o trabalho de socialização ou para o estabelecimento de relações, segundo Bourdieu, estão muito desigualmente distribuídas entre as classes sociais e, numa mesma classe, entre fracções de classe, sendo, aliás, este um dos factores explicativos da proporcionalidade entre rentabilidade do trabalho de acumulação e manutenção do capital social, e a dimensão desse capital. Ou seja, os detentores de capital social herdado, simbolizado por um grande nome, por exemplo, estão aptos a transformar relações circunstanciais em relações duradouras, porque são conhecidos de todos e "não precisam de fazer conhecimento" de todos os seus "conhecimentos", porque são conhecidos por mais pessoas do aquelas que conhecem. Neste sentido, o seu trabalho de socialização, sempre que for prosseguido, será muito produtivo.

Como se pode daqui deduzir, para Bourdieu a disposição para adquirir e manter determinado volume de capital social, para além de não ter uma distribuição uniforme entre os indivíduos, já que depende de um trabalho de socialização passado, presente e futuro, essa disposição não se tem apenas por se ser membro de um grupo. Essas disposições são intrínsecas ao indivíduo e são o que o leva a mobilizar-se, mais ou menos explicitamente, para a pertença a um grupo.

O mecanismo de delegação de poder e de representação do grupo, forma privilegiada de concentração do capital social (quer no sentido dissimulado, quer legal) falha na prática, segundo Bourdieu, sobretudo em grupos grandes com elementos fracos (fracos porque elementos sem "voz" na acepção de Hirschman). O título de "notável ou nobre" (tradução nossa) será, por excelência, a forma institucionalizada do capital social (assim como os certificados, diplomas e exames de qualificações são a instituição mais generalizada do capital cultural e os direitos de propriedade do capital económico) que garante uma particular forma de relação social duradoura.

*"(...) **The noble is the group personified**, (...) his visibility constitute the essential part, if not the essence, of this power, which, being entirely set within the logic of knowledge and knowledgement, is fundamentally a symbolic power; but also because the representative, the sign, the emblem, may be, and may create, the whole reality of groups that receive effective social existence only in and through representation (...)" (1986:105) (sublinhado nosso).*

Em síntese, para Bourdieu o capital social é um capital de representação, um capital simbólico, acumulado e reproduzido de diferentes formas nas classes sociais. Como afirma Martti

Siisiäinen (2000:2) "*Bourdieu's concept is connected with his theoretical ideas on class. He identifies three dimensions of capital each with its own relationship to class: economic, cultural and social capital. These three resources become socially effective, and their ownership is legitimized through the mediation of symbolic capital (...)*". Segundo este autor, o conceito de capital social de Bourdieu coloca a tónica nos conflitos e função do poder (nas relações sociais que aumentam a aptidão de um actor para atingir os seus interesses). As posições sociais e a divisão dos recursos económicos, culturais e sociais, em geral, são legitimadas com a ajuda do capital simbólico. Ainda segundo o autor, o capital social na óptica de Bourdieu tem duas componentes: a primeira, é que é um recurso que está relacionado com a pertença a um grupo e com as redes sociais; a segunda reside no facto de estar baseado no conhecimento e reconhecimento mútuo, sendo por esta razão que assume um carácter simbólico e é transformado em capital simbólico. A efectividade do capital simbólico depende das práticas reais de comunicação. O capital simbólico não pode ser institucionalizado, objectivado ou incorporado no *habitus*. Existe e aumenta, apenas na reflexão intersubjectiva e só aí pode ser reconhecido. Só existe "nos olhos dos outros" (Siisiäinen, 2000:13).

James Coleman (1988:98) partilha, de forma aproximada, da ideia de Bourdieu, no sentido em que também defende que o capital social pode constituir um recurso, disponível nas redes de relações sociais, que os indivíduos podem utilizar para atingirem os seus objectivos/interesses. De acordo com Coleman, se nos posicionarmos na teoria da acção racional, em que cada actor tem controle sobre certos recursos, e interesses em determinados recursos e acontecimentos, então o capital social constitui um género particular de recurso disponível para um actor.

Para Coleman o "*(...) social capital is defined by its function. It is not a single entity but a variety of different entities, with two elements in common: they all consist of some aspect of social structures, and they facilitate certain actions of actors – whether persons or corporate actors – within the structure*" (1988:98). Para o autor, o capital social também pode ser, à semelhança de outras formas de capital, produtivo, o que torna possível a prossecução de alguns fins que, na sua ausência, não se tornariam possíveis. Para Bourdieu esta questão, sobre ser ou não produtivo o capital social, não se colocava da mesma forma. Bourdieu considerava, no entanto, a questão da sua reprodução, o que de alguma forma é semelhante.

A função identificada pelo conceito de "capital social" é, segundo Coleman, o valor, enquanto recurso, de alguns aspectos da estrutura social para os actores que os podem utilizar na prossecução dos seus interesses.

"(...) By identifying this function of certain aspects of social structure, the concept of social capital constitutes both an aid in accounting for different outcomes at the level of individual actors and an

aid toward making the micro-to-macro transitions without elaborating the social structural details through which this occurs" (Coleman, 1988:101).

Alguns destes aspectos ou componentes da organização social que podem contribuir para o valor produzido são as obrigações, as expectativas e a lealdade/confiança. São as relações baseadas nestas componentes que poderão constituir recursos de capital úteis para os indivíduos. Contudo, as obrigações, expectativas e confiança podem dar origem a diferentes tipos e formas de relações, tipos e formas que poderão ser consideradas positivas ou negativas, dependendo do ângulo de análise. De facto, muitos grupos existem que se regem por obrigações, expectativas e confiança para com os seus elementos, revelando-se hostis para os elementos exteriores e outros grupos há em que as obrigações, expectativas e lealdade extravasam os membros do grupo. Não é que em todos estes grupos não exista capital social, porque este existe, mas a forma como se reproduz para o exterior é que é diferente. Mais adiante referir-nos-emos a este aspecto particular e importante abordado por Fukuyama e Alejandro Portes de entre outros autores, enquanto externalidades positivas ou negativas que alguns grupos podem gerar.

Do exposto podemos retirar que, enquanto Bourdieu se preocupa mais com as questões da disposição para adquirir, manter e transmitir o capital social, capital social que gera reconhecimento e representação sendo, por isso, capital simbólico, Coleman está mais interessado na função inerente ao capital social, a de se tornar um recurso, nas estruturas sociais, que pode ser utilizado (à semelhança dos outros tipos de capitais) para os indivíduos atingirem os seus objectivos/interesses.

Afirma Philippe Steiner (1999:77) que, tal como definido por Pierre Bourdieu e por Coleman, o

"capital social renvoie à l'idée selon laquelle un réseau durable de relations mutuelles et de connaissances entre les individus constitue un ressource, actuelle ou potentielle, que les individus peuvent mobiliser pour atteindre leurs objectifs. De ce point de vue, le capital social diffère du capital humain, directement lié à la personne elle-même. De par sa nature intangible, non matérielle, et sa caractéristique relationnelle, le réseau peut être considéré comme l'exemple type de capital social"

Na rede de relações que os indivíduos estabelecem entre si, quer directas, quer indirectas (os contactos dos nossos contactos), parece residir a essência e fonte do capital social. É capital social porque são os laços intangíveis, *"non appropriés entre les individus qui sont la ressource, notamment lorsqu'on considère la pression du groupe qui assure que l'individu suivra bien les normes (...)"*(Steiner, 1999:78).

Todavia, segundo este autor será necessário ter em conta duas dificuldades na consideração da rede social como capital:

- Em primeiro lugar, não podemos dissimular a ambivalência veiculada pelo termo capital: pode a rede ser objecto de uma estratégia explícita de acumulação, objecto de uma *démarche* essencialmente baseada num comportamento instrumental? Ou será que a rede é um capital que não produz resultados economicamente interessantes senão na condição que estes sejam sub-produtos mais ou menos contingentes das relações sociais? Embora algumas redes possam ser interpretadas de forma instrumental, contudo na opinião de Steiner esta visão não pode ser generalizada;
- Em segundo lugar, é preciso questionar qual a composição do capital social: qual é a estrutura, se existe, que permite definir-lhe a dimensão ou a eficácia instrumental? É neste âmbito que o autor considera a análise empírica de redes interessante. De facto, nas abordagens de Coleman e de Bourdieu, *“le capital social est d’autant plus important que l’on appartient à un réseau dense de relations, puisque celles-ci accroissent la probabilité qu’un comportement opportuniste soit sanctionné et qu’une ressource soit disponible (...)”* (Steiner, 1999:80). Não sendo este aspecto questionável, na óptica de Steiner, contudo, a análise estrutural aplicada à sociologia económica tende a colocar muito mais a tónica sobre o facto de que a rede constitui um capital social diferenciado, de acordo com o lugar que se ocupa na rede, a partir do momento em que esta rede não tenha densidade uniforme. É neste contexto que se têm aprofundado as análises empíricas das redes, no sentido de investigar a centralidade dos elementos de uma rede e o estudo dos seus níveis de densidade. Estes aspectos revelam-se importantes no sentido de melhor se apreender o que nem sempre é visível “a olho nu”. Nem sempre o elemento que nos parece mais central o é de facto, assim como o mais influente ou mais “poderoso” o é na realidade. Vários factores têm de ser tidos em conta quando se analisa uma rede de relações, como o comprovam múltiplos estudos de caso já efectuados.

Também Adler and Kwon (2000:4) chamam a atenção para as dificuldades e confusões que contornam a investigação do capital social, salientando que este está, ainda, numa fase de “excitação emergente” do ciclo de vida típico de um conceito “*umbrella*”, ou seja, uma noção que significa “muitas coisas para muitas pessoas”, daí que, para além do consenso básico de que o capital social deriva das relações sociais, há desacordos e confusões consideráveis no que respeita a aspectos específicos das relações sociais que criam capital social. Para alguns autores, a fonte do capital social está na estrutura formal das ligações que constituem a rede social (*structural holes*, menor ou maior abertura das redes, densidade, etc.), para outros, o capital social residirá, antes, no conteúdo dessas relações (normas, crenças partilhadas, obrigações, etc.). A função específica

da estrutura social e do conteúdo das ligações são, no presente, quer uma questão teórica, quer uma questão empírica.

Robert Putnam (1996:34), um dos autores também muito referenciado nesta problemática, no seu artigo "The Strange Disappearance of Civic America" entende como capital social as características da vida social – as redes, as normas e a confiança – características que dão a capacidade aos seus participantes de agirem em conjunto de forma mais eficaz para atingirem os seus objectivos partilhados.

Para este autor é muito importante a noção de "envolvimento cívico" e participação cívica, como as ligações das pessoas com a vida das suas comunidades e não apenas as suas ligações com os aspectos políticos. A partir desta sua concepção de capital social e da análise de alguns resultados de vários inquéritos realizados, Putnam chegou à conclusão de que o envolvimento ou participação cívica na América vinha decrescendo nas últimas duas décadas. As análises comparativas que fez, permitiram-lhe concluir que a geração do pós-guerra era muito mais "envolvida civicamente", "participava mais em termos cívicos" que a geração actual. Para demonstrar esta sua afirmação, Putnam adianta que factores como: as pressões profissionais e de tempo; ou a mobilidade residencial; ou a suburbanização; ou a inserção massiva da mulher no mercado de trabalho; ou a rotura do casamento e das ligações familiares; de entre outros factores que refere, embora todos eles possam contribuir, em parte, para o declínio do capital social na América, não são, contudo, de *per si* os que mais contribuíram para esse declínio. Situa, antes, o aparecimento da televisão como o principal factor de destruição do capital social, já que a adesão massiva a este meio de comunicação levou a um maior isolamento das pessoas, a menos leituras de jornais, a menos envolvimento cívico como participações em organizações, voluntárias ou não. Quando o seu livro *Bowling Alone* foi editado, muitas foram as vozes que contestaram ou apoiaram as teses de Putnam, tendo mesmo o presidente Clinton, na altura presidente dos EUA, tido um frente a frente televisivo com este autor no sentido de clarificar a sua abordagem.

Um dos autores que veio contestar algumas das conclusões de Putnam, foi Nan Lin, autor que, no seu livro *Capital Social: A Theory of Social Structure and Action (2000)*, defende que, nunca o capital social atingiu níveis tão elevados como nos dias de hoje devido ao uso intensivo das *cyber networks*, redes virtuais. Segundo este autor, as redes cibernéticas, ao constituírem redes de relações sociais, permitem aos seus utilizadores ter acesso a benefícios que seriam impensáveis sem a sua existência. Elas tornam possível não, apenas, uma maior participação e envolvimento cívico por parte dos seus utilizadores, como permitem também o acesso a recursos que seriam impossíveis de obter, noutra dimensão espaço-tempo. Aliás, segundo este autor, não

se é maior participante cívico por se pertencer a várias organizações, uma vez que esta pertença pode ser passiva, enquanto que se se fizer uso intensivo das redes virtuais, é possível estar-se muito mais envolvido civicamente, não apenas em termos locais, como nacionais e mesmo internacionais (Lin, Nan 2000:212). Será, provavelmente, neste contexto que poderemos incluir uma iniciativa tomada pela polícia francesa, de ficar de prevenção num fim-de-semana de Dezembro de 2005, por ter circulado na Internet um comunicado a apelar à mobilização de todos os que quisessem protestar da mesma forma que muitos já o tinham feito, dias antes, nos arredores de Paris, queimando carros, casas, etc.

Um dos autores cuja abordagem se aproxima da posição oficial do Banco Mundial é Francis Fukuyama (2000:3). Este autor defende que o capital social

*"(...) is an instantiated informal norm that promotes cooperation between two or more individuals. The norms that constitute social capital can range from a norm of reciprocity between two friends, all the way to complex and elaborately articulated doctrines like Christianity or Confucianism. These norms must be instantiated in an actual human relationship: the norm of reciprocity exists in potentia in my dealings with all people, but is actualized only in my dealings with **my** friends."* (sublinhado do autor).

Fukuyama prossegue afirmando que, através desta definição, confiança, redes e sociedade civil, e tudo o mais que tem sido relacionado com o capital social, são mais um resultado do que propriamente capital social. Não são apenas as normas que constituem o capital social. Elas devem conduzir à cooperação entre grupos e, portanto, estão relacionadas com virtudes tradicionais como honestidade, cumprimento de compromissos, reciprocidade e estima/gosto. Algumas das normas prosseguidas por determinados grupos não estão claramente na base do capital social.

Contesta, depois, o facto de James Coleman considerar que o capital social não poderia ser produzido por agentes privados, por ser um bem público, afirmando que *"(...) since cooperation is necessary to virtually all individuals as a mean of achieving their selfish, it stands to reason that they will produce it as a private good."* (Fukuyama, 2000:3). Citando Dasgupta, defende que o capital social é um bem privado impregnado de externalidades positivas e negativas. Como externalidade positiva, exemplifica o Puritanismo, em que o potencial para a cooperação se estende para além do grupo de pessoas que partilham as normas puritanas. Como externalidades negativas dá o exemplo do Ku Klux Klan e da Mafia, grupos que atingem os seus objectivos cooperativos na base de normas partilhadas (logo, têm capital social) mas que produzem externalidades negativas nas sociedades onde estão incrustados.

Na aceção de normas partilhadas, Fukuyama (1996:36) adianta que

"(...) a confiança é a expectativa que emerge de uma comunidade, em que os seus membros se caracterizam por um comportamento estável e honesto e por regras comumente partilhadas. Estas normas podem dizer respeito a questões de «valor» profundo, como a natureza de Deus ou da

justiça, mas podem também referir-se a normas seculares, como códigos deontológicos e os de etiqueta'.

Ou seja, para Fukuyama o capital social é uma capacidade social cuja emergência se deve à prevalência do factor «confiança» numa dada sociedade ou em parte dela, e é criado e transmitido através de mecanismos culturais como a religião, a tradição ou o hábito historicamente transmitido.

Ainda na perspectiva de Fukuyama, o capital social tende a ser menos encarado como um bem social ou bem público, ao contrário de outros bens, porque produz mais externalidades negativas que o capital cultural e o capital económico, e isto acontece porque a solidariedade de grupo em comunidades humanas é muitas vezes conseguida ao “preço” de hostilidade para com elementos exteriores ao grupo. Assim, Fukuyama propõe que na medição do capital social este seja considerado líquido das suas externalidades, o que não nos parece ser, nem fácil de sugerir, nem de obter.

Defende, ainda, o autor que outra abordagem possível ao capital social é através dos “raios de confiança” (Fukuyama, 2000:4), uma vez que todos os grupos que incorporam capital social têm um certo “raio de confiança”, isto é, um círculo de pessoas entre as quais as normas cooperativas são operacionais. Na aceção do autor, a diferença entre sociedades modernas e sociedades tradicionais pode fundamentar-se no maior ou menor volume de “raios de confiança” intra e inter grupos. Na sua perspectiva, enquanto nas sociedades modernas predomina um vasto número de grupos sociais interligados, que permitem múltiplos membros e identidades sendo, por isso, mais eficazes, nas sociedades tradicionais existem menos oportunidades para as “*weak ties*” entre diferentes grupos, pelo que a difusão de informação, inovações e recursos se revela muito mais difícil.

Consideramos este ponto de vista de Fukuyama algo instrumental, talvez devido ao objectivo implícito que o mesmo detém e que é o de apelar para a adopção de políticas públicas adequadas ao fomento de acréscimos de capital social, como forma de as sociedades, no seu todo, poderem tornar-se modernas, logo, economicamente mais desenvolvidas, defendendo o autor que o tradicionalismo se demonstrou, várias vezes, como “travão” ao desenvolvimento. Esta tem sido, também, a via defendida pelo Banco Mundial, Banco que tem disponível na Internet um *site* próprio sobre “formas de erradicar a pobreza” – PovertyNet – onde são divulgadas iniciativas teóricas, sob a forma de *working papers*, sobre diferentes abordagens do conceito de capital social, sobretudo no menu “*Social Capital Initiative*”. Nesta perspectiva, o capital social é defendido como mais um “instrumento” que se pode utilizar (como a educação) para aumentar níveis de riqueza e bem-estar (critérios economicistas), quando, no nosso entender, o acréscimo de capital social não pode ser inculcado pelo exterior, deve ser algo inerente às pessoas e às relações sociais

que estabelecem entre si, isto é, ou acréscimo ou detrimento do capital social terá de ser algo inerente aos membros das comunidades. São eles quem melhor saberão como mobilizar-se para atingir os seus objectivos colectivos. O que não significa que, na ausência de recursos suficientes para essa mobilização, não se possa cooperar, sugerir, apoiar, mas nunca interferir. A interferência ao nível social e económico em muitos países, num passado recente, resultou sobretudo na implementação de “cópias” de modelos de desenvolvimento, que se revelaram inadequados ao desenvolvimento “são” das populações onde foram implementados, os quais à data, privilegiavam o investimento em capital físico e humano.

Mas, embora Fukuyama não tenha dado especial realce às externalidades positivas e negativas que o capital social pode gerar, o mesmo não se pode dizer de Alejandro Portes (1999). De facto, Portes, um dos autores que também muito tem contribuído para o desenvolvimento de conceitos “antigos” aplicados a “novas” realidades, foi um pouco mais além na sua abordagem, hoje, muito referenciada pela Nova Sociologia Económica (NSE).

Um dos conceitos que considera muito importante na abordagem do capital social é o das redes sociais, tipo de estrutura em que as transacções económicas se encontram incrustadas. E de facto, a sua análise debruça-se profundamente sobre os diferentes tipos de redes sociais que se podem encontrar entre as comunidades imigrantes nos Estados Unidos. Mas, restringindo-nos agora ao conceito, Portes (1999:13) afirma que as redes sociais

“(...) são conjuntos de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligadas por laços profissionais, familiares, culturais ou afectivos. E que são importantes na vida económica, na medida em que são meios de aquisição de recursos escassos, como o capital e a informação, e porque impõem simultaneamente constrangimentos eficientes à prossecução ilimitada dos interesses pessoais.”

Os aspectos mais importantes das redes sociais são, na sua perspectiva, a sua dimensão e densidade, significando o primeiro, o número de elementos que compõem uma rede e, o segundo, o número de relações que os membros da rede estabelecem entre si.

Também para Portes, as redes grandes e densas são as mais eficientes (como defendiam Coleman e Bourdieu) no desenvolvimento de expectativas normativas e na imposição de obrigações de reciprocidade. Outros aspectos importantes das redes são os que se referem à agregação em *cliques* e a multiplexidade. Um *clique* corresponderá à maior densidade que se verificará em determinado subconjunto da rede, ou seja, o subconjunto que apresentar mais relações entre os seus membros será um *clique*, podendo registar-se vários *cliques* numa rede. A multiplexidade respeita ao grau de sobreposição das relações institucionais entre membros da rede. Assim, indivíduos que são colegas de trabalho podem também estar ligados por laços familiares, filiações políticas ou pertença associativa. Em suma,

"as redes podem ligar indivíduos no interior de organizações e de comunidades e entre elas. As redes não são as únicas estruturas sociais onde as transações se encontram incrustadas, emergem muitas vezes como características de agregados de maior dimensão. Contudo, as redes constituem geralmente os contextos mais imediatos que influenciam os objectivos dos indivíduos, bem como os meios e os constrangimentos que se lhes apresentam. Dependendo das características das suas redes e das posições sociais no interior delas, os indivíduos podem ser capazes de mobilizar uma quantidade significativa de recursos, de evitar um controlo apertado do seu comportamento egoísta ou, pelo contrário, podem encontrar-se estreitamente condicionados pelas expectativas impostas pelo grupo." (Portes, 1999:16)

Esta capacidade de mobilizar uma quantidade significativa de recursos é precisamente, segundo Portes, o que corresponde ao capital social.

Tomando o autor como referência da origem deste conceito James Coleman, autor referido antes, no sentido em que o capital social "(...) is a variety of entities with two characteristics in common: they all consists of some aspect of social structures, and they facilitate actions within that structure (...) facilitational component who linkes 'social' to 'material' and 'human' capitals as resources available to individuals to attain their ends (...)", salienta que a característica conceptual fundamental destes recursos é que, do ponto de vista do mercado, são gratuitos para os beneficiários, detendo, por conseguinte, o estatuto de "ofertas" que implicam, contudo, em qualquer momento do tempo uma expectativa de reciprocidade. Na medida em que a capacidade de obter estas "ofertas" (capital social) não reside no indivíduo, como a posse de dinheiro (capital material), por exemplo, ou educação, informação (capital humano) mas, antes, nas relações que o indivíduo estabelece com terceiros, pode dizer-se que, para Portes, o capital social resulta da incrustação.

Os que colocam à disposição o capital social podem deter dois tipos de motivações: pensar que a concessão de recursos é o comportamento correcto, quer por dever moral, quer por solidariedade para com um determinado indivíduo ou grupo; ou então podem estar em causa os interesses pessoais de quem oferece. Ou seja, o capital social pode ser disponibilizado a membros de uma mesma organização ou comunidade, na expectativa de obter algo em troca, sob a forma de recursos económicos mensuráveis, ou sob a forma de recompensas não materiais, como *status* ou aprovação social. No primeiro caso, as expectativas de reciprocidade baseiam-se no conhecimento adquirido em experiências passadas, no segundo caso, as transferências ocorrem na certeza do cumprimento de obrigações por parte dos outros, a menos que se sujeitem a sanções colectivas. Neste caso, o que está em causa é a *enforceable trust*². Acrescenta Portes que a força deste mecanismo é afectada pela configuração das redes sociais e pela posição dos indivíduos no interior dessas redes. Por isso, "(...) quanto maiores forem a densidade e a multiplexidade das redes envolvidas, e quanto menos central for a posição de um membro em dívida, maior será a confiança no seu cumprimento das expectativas de reciprocidade." (Portes, 1999:19).

Sendo os conceitos de capital social e de redes sociais, os mais desenvolvidos por Portes nas suas análises do fenómeno de imigração nos EUA, foi, todavia, mais além num outro artigo onde explicita que o seu conceito de capital social

"(...) differs from Coleman's concept, where the emphasis is on social structures facilitating individual rational pursuits. (...) Redefining social capital as those expectations for action within a collectivity that affect the economic goals and goal-seeking behaviour of its members, even if these expectations are not oriented toward the economic sphere"(Portes, 1998:114).

Neste contexto, o autor considera possível distinguir quatro tipos de capital social ou de expectativas economicamente relevantes:

- o primeiro, está relacionado com o *value introjection*, o qual corresponde a enfatizar o carácter moral das transacções económicas que são guiadas por imperativos morais aprendidos ao longo do processo de socialização;
- o segundo, advém do trabalho clássico de Simmel, segundo Portes, cuja tónica é colocada na dinâmica da filiação do grupo. Ou seja, neste caso, a transferência de recursos processa-se na expectativa de recompensas equivalentes provenientes dos beneficiários;
- o terceiro tipo, *bounded solidarity*³ caracteriza-se por circunstâncias pontuais que podem dar origem ao aparecimento de comportamentos de grupo orientados, ainda que à margem de qualquer *value introjection*. As suas fontes clássicas, diz-nos Portes, são bem exemplificadas pela análise marxista da queda da consciência proletária e a transformação dos trabalhadores numa classe própria;
- o último tipo de capital social corresponde a *enforceable trust*, o qual foi capturado na distinção clássica de Weber entre racionalidade formal e substantiva nas transacções de mercado. A racionalidade formal está associada com as transacções baseadas em normas universais e trocas livres, enquanto a substantiva envolve obrigações particulares nos monopólios ou quase monopólios de que beneficiam grupos específicos.

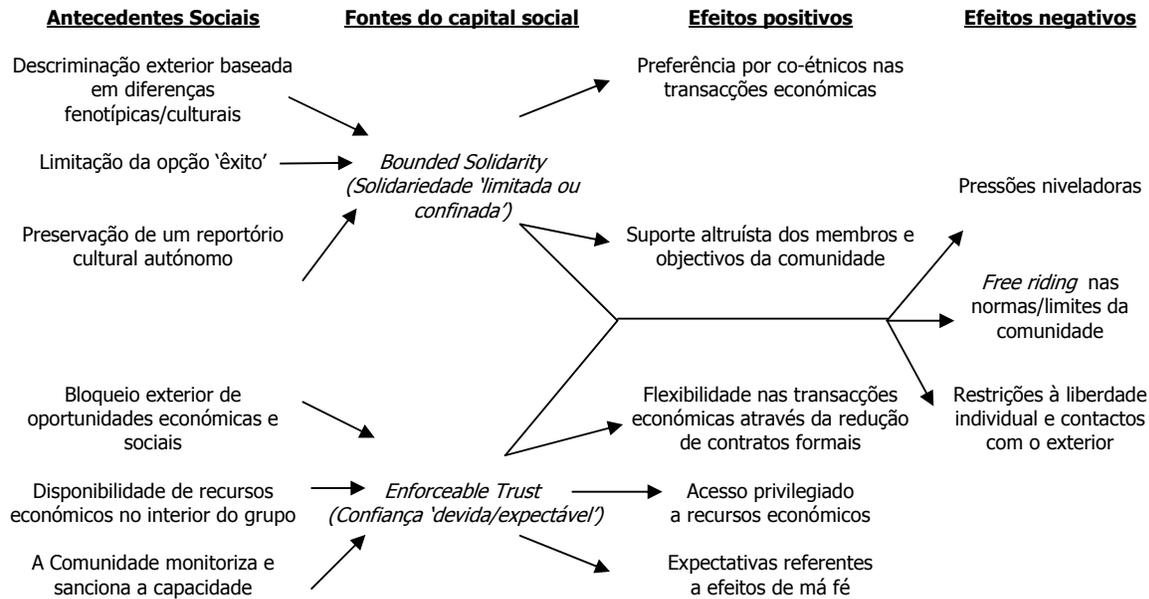
"With substantive rationality, we are, of course, in the realm of embeddedness, because group goals govern economic behavior. The significant point, however, is that individual members subordinate their present desires to collective expectations in anticipation of what Weber designates as 'utilities', that is, long-term market advantages by virtue of group membership."(Portes, 1998:116)

Como é visível, para Portes o capital social é gerado por membros individuais disciplinados em conformidade com as expectativas de grupo. Enquanto que os dois primeiros tipos de capital social foram objecto do pensamento sociológico, os dois últimos, segundo o autor, foram menos teorizados. Ambos dependem de um sentido de comunidade e, por isso, têm uma grande

² Conceito que, com alguma dificuldade, traduzimos por confiança "exigida" ou "expectável".

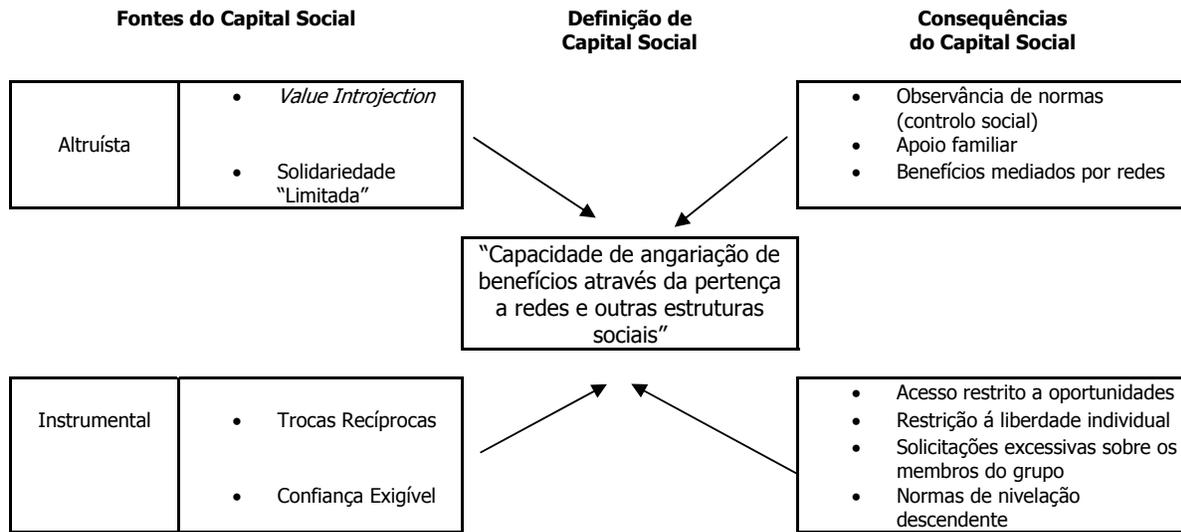
³ Conceito que, com alguma dificuldade, traduzimos por solidariedade "limitada ou confinada".

afinidade com a experiência de grupos imigrantes. Estes dois tipos de capital social podem, tanto ter efeitos positivos como negativos, os quais são sintetizados por Portes (1998:130) da seguinte forma:



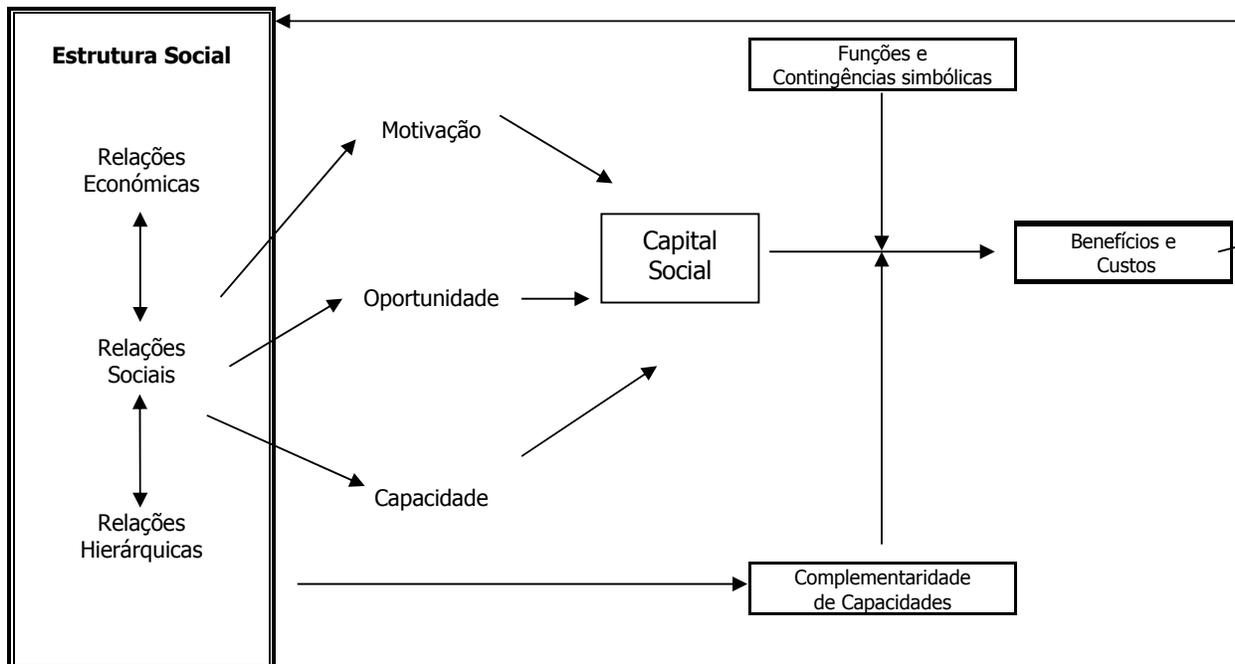
Fonte: Portes, Alejandro (1998:130) (tradução nossa).

Para Portes as fontes e consequências do capital social são diversas e, por essa razão, os efeitos do capital social adquirido por solidariedade ou por confiança podem não ser apenas positivos mas também negativos, quer intra, quer entre grupos/comunidades, conclusão que retira após análise aprofundada de uma série de comunidades imigrantes residentes nos Estados Unidos. Nesta sua análise, Portes destaca bem as fontes dos efeitos do capital social (conforme figura abaixo) consoante "(...) a motivação de terceiros para tornar recursos disponíveis em termos concessionários seja mais altruísta ou mais instrumental" (Portes, 2000:138).



Fonte: Portes, Alejandro (2000:140).

Uma visão idêntica da distinção entre fontes e consequências do capital social é-nos apresentada por Adler and Kwon (2000:69) no que designam "um modelo conceptual de capital social" tal que:



Fonte: Adler and Kwon (2000:69) (tradução nossa).

Salientam os autores, que este é apenas um modelo que ilustra o seu argumento, já que é difícil destringir o que se entende por relações económicas, relações sociais e relações hierárquicas, uma vez que em todas as relações coexiste um mix de todas elas.

2.2. Problemática qualitativa institucional

À semelhança da abordagem de Fukuyama, a de Woolcock é, também, muito próxima da que é oficialmente defendida pelo Banco Mundial, perspectiva que tem algumas particularidades que gostaríamos de salientar. Antes, porém, vejamos a definição de capital social divulgada no *site* do Banco Mundial (2003):

Como resposta à pergunta em que consiste o capital social, responde-se o seguinte:

“El capital social se refiere a las instituciones, relaciones y normas que conforman la calidad y cantidad de las interacciones sociales de una sociedad. Numerosos estudios demuestran que la cohesión social es un factor crítico para que las sociedades prosperen económicamente y para que el desarrollo sea sostenible. El capital social no es solo la suma de las instituciones que configuran una sociedad, sino que es asimismo la materia que las mantiene juntas.”

A preocupação maior desta perspectiva parece-nos ser uma preocupação institucionalista, uma vez que se afirma, logo no início, que o capital social se refere às instituições (embora não se diga se formais ou informais – em muitos países onde estudos aplicados do conceito de capital social têm sido efectuados, reconhece-se a importância das instituições informais existentes) só depois se acrescenta que “capital social” são também as relações e normas que dão forma à qualidade e quantidade de interações sociais de uma sociedade. Repare-se, como logo a seguir, se faz referência a inúmeros estudos que demonstram ser a coesão social um factor crítico para a prosperidade económica e desenvolvimento sustentável das sociedades, residindo nesta afirmação a “essência/interesse” da análise do capital do social por parte do Banco Mundial. Todavia, depois de alguns “fracassos” constatados na forma como se “ajudavam” alguns países em meados do século XX a superar o seu estado de “subdesenvolvimento”, ajuda sobretudo consubstanciada no empréstimo de capital financeiro e respectivos volumes futuros de endividamento insustentável, outra via parece, agora, ter-se encontrado para que os países possam sair desse estado e, essa via proposta é a do incentivo ao investimento em capital social. Não será, porventura, linear e clarividente a configuração que uma potencial “ajuda” futura revestirá para reforçar e incrementar o capital social das comunidades, via “acrécimo” da “coesão comunitária”. Os desenvolvimentos futuros das abordagens que vêm sendo feitas ao capital social por parte do Banco Mundial, nomeadamente os conteúdos electrónicos divulgados na “*Social Capital Initiative*”, deverão ser acompanhados no sentido de uma melhor percepção da visão institucionalista que, no presente, se vai apresentando. De facto, é possível ali ter conhecimento de que

*“uma definição restrita do capital social é aquela que o considera como uma série de associações horizontais entre pessoas que incluem redes sociais e normas associativas que afectam a produtividade e o bem-estar da comunidade. **As redes sociais podem aumentar a produtividade ao reduzir custos associados ao estabelecimento de negócios.** O capital social facilita a coordenação e a cooperação”.* (tradução e sublinhado nossos)

Será, talvez, uma concepção de capital social muito redutora, já que apenas utiliza critérios económicos (produtividade e bem-estar económico) para definir as potencialidades do capital social, podendo também ler-se, implicitamente, um incentivo ao associativismo (não se percebendo se formal, se informal) como forma de obtenção, por um lado, de economias de escala, e, segundo, minimização de custos económicos. Por, fim, somos ainda informados de que

“Uma interpretação mais ampla de capital social tem em conta os aspectos positivos como os negativos, de forma a incluir as associações verticais e horizontais entre pessoas, assim como o comportamento intra e inter organizações, como, por exemplo, as empresas. Este ponto de vista reconhece que as relações horizontais são necessárias para dar um sentido de identidade e um propósito comum às comunidades, mas também insiste em que sem se formarem relações que transcendam certas divisões sociais (por exemplo, religião, etnia, status socio-económico), as relações horizontais podem converter-se numa base de procura de interesses restritos, que impedem o acesso à informação e aos recursos materiais que, de outra forma, poderiam ser de grande ajuda para a comunidade (por exemplo, informação sobre postos de trabalho oferecidos, acesso a crédito)” (tradução nossa).

E de novo ficamos com a sensação de como uma “perspectiva” internacional sobre uma problemática tão profunda e complexa como é a do capital social, poderá, no futuro, “delimitar” e *standardizar* algo, hoje, dificilmente consensual, à semelhança do que aconteceu num passado recente com o conceito de “capital humano” que ficou restringido à contabilização das despesas, públicas e privadas, em educação e desenvolvimento. De facto, definir um conceito em torno da promoção de comportamentos (mais ou menos associativos, horizontal e verticalmente) com vista à melhoria da situação económica, subentende-se, de uma comunidade (ou de um país), poderá, ou não, inscrever-se na problemática qualitativa do capital social mas, de certeza, que esta problemática envolve muito mais que objectivos racionais e económicos de satisfação de necessidades individuais ou colectivas. Por último, afirma-se que um outro ponto de vista ainda mais amplo de capital social, inclui o ambiente social e político que dá forma à estrutura social e permite o desenvolvimento de normas. Esta vertente de análise alarga a importância do capital social às relações e estruturas institucionais mais formalizadas, por exemplo, o governo, o regime político, a aplicação do direito, o sistema judicial, e as liberdades civis e políticas. Adianta o Banco Mundial que, este ponto de vista, não tem apenas em consideração as virtudes e os defeitos do capital social e a importância da formação de relações entre e intra comunidades, reconhecendo, também, que a capacidade de actuação de vários grupos sociais depende bastante do apoio (ou da falta dele) que recebem do Estado e do sector privado. Da mesma forma, o Estado depende da estabilidade social e do apoio popular. Em suma, o Banco Mundial defende que “o

desenvolvimento económico e social prospera quando os representantes do Estado, do sector empresarial e da sociedade civil criam fóruns através dos quais podem identificar e alcançar metas comuns". Porém, nos países considerados "mais pobres" não será fácil: primeiro, identificar estes três actores sociais; segundo, colocá-los em diálogo; e, terceiro, traçarem metas comuns.

Este suporte conceptual na comunidade é uma perspectiva também assumida por Woolcock, autor que define da seguinte forma o capital social: "(...) *el capital social dice relación con las normas y redes que le permiten a la gente actuar de manera colectiva*" (2000:2)

Segundo o autor, por mais simples que pareça esta definição, ela preenche três propósitos:

- Em primeiro lugar, reconhece aspectos importantes deste capital como o facto de a confiança e a reciprocidade resultarem de um processo iterativo que tem mais em conta as fontes do capital social do que as suas consequências;
- Em segundo lugar, esta definição permite distinguir diferentes dimensões do conceito e reconhece que as diversas comunidades têm diferentes acessos ao capital social. Para o autor, esta visão do conceito permite argumentar que são diversas combinações de dois tipos de capital social – "*bonding social capital*" e "*bridging social capital*" – as que permitem resultados, para além de incorporar, também, uma componente dinâmica para a discussão, segundo a qual as combinações óptimas destas dimensões alteram-se no tempo;
- Em terceiro lugar, afirma Woolcock (2000:3), que, embora a **unidade básica de análise** não seja tanto o indivíduo, o lugar nem o Estado, mas **a comunidade**, esta definição reconhece que, tanto as pessoas, como os lugares (enquanto membros de uma comunidade) podem apropriar-se do capital social, e que a estrutura das próprias comunidades depende, em grande parte, da sua relação com o Estado. (sublinhado nosso)

Woolcock considera ser esta forma de conceber o papel das relações sociais no desenvolvimento muito distinta das abordagens teóricas anteriores, daí ter consequências importantes para a investigação e políticas contemporâneas em termos de desenvolvimento. Reconhecendo que as investigações de Coleman, no campo da educação, e as de Putnam, sobre a participação cívica e o comportamento das instituições, foram a fonte de inspiração da maior parte das investigações contemporâneas em múltiplos aspectos, prossegue a sua investigação salientando que existem quatro perspectivas de análise sobre a relação existente entre capital social e desenvolvimento económico: a) a visão comunitária; b) a visão de redes; c) a visão institucional e d) a visão "sinérgica" (afirmando ser com esta que mais se identifica).

Embora as diferentes perspectivas se distingam umas das outras, têm, no entanto, pontos comuns que foram resumidos, pelo autor (2000:14), no quadro seguinte (tradução nossa):

Perspectiva	Actores	Prescrições Políticas
Visão comunitária Associações locais	Grupos comunitários Organizações voluntárias	- "Small is beautiful" - Reconhecer os activos sociais dos pobres
Visão de redes Laços comunitários "bonding" e "bridging"	Empresários Associações económicas Mediadores de informação	- Descentralizar - Criar centros empresariais - "Construir pontes" entre sectores sociais
Visão institucional Instituições políticas e legais	Sectores público e privado	- Outorgar liberdades civis e políticas; - Implementar transparência e responsabilidade das instituições perante a sociedade civil
Visão "sinérgica" Redes comunitárias e relações Estado-Sociedade	Grupos comunitários; Sociedade civil; Empresas Estados	- Coprodução; - Complementaridade - Fomentar a participação; - Fomentar o associativismo; - Aumentar a capacidade e escala das organizações locais.

No quadro anterior encontram-se os elementos chave de cada perspectiva sobre o capital social relacionado com o desenvolvimento e as correspondentes prescrições políticas. Para Woolcock as diferenças entre perspectivas consistem, principalmente, na unidade de análise, no tratamento do capital social como variável dependente, independente ou de mediação, assim como a forma como incorporam ou não uma teoria do Estado.

Como última abordagem qualitativa institucional, fazemos uma breve referência à perspectiva da OCDE que, em muitos aspectos, se assemelha à do Banco Mundial. De um resumo do livro "*Le bien-être des Nations: le rôle du capital humain et social*" (2001) extrai-se a seguinte citação:

"(...) Le capital social est entendu de diverses façons selon les chercheurs mais dans le rapport, il représente les réseaux, les normes, les valeurs et les ententes qui facilitent la coopération au sein des groupes ou entre eux. Il faut le distinguer des dispositifs politiques, institutionnels et juridiques plus formels qui ont un rôle complémentaire dans ce processus. "

Não tendo sido possível aceder em tempo oportuno a um maior desenvolvimento deste conceito da OCDE, afirma-se, contudo, a dado passo do resumo que, parece existir um laço positivo entre alguns dos aspectos do capital social e a actividade económica, já que os dados observados levam a concluir que: "*(...) les réseaux sociaux aident les personnes à trouver un emploi; et la confiance encourage une utilisation plus efficace des crédits*" (OCDE, 2001:3). Por

consequente, também neste caso, se estabelece uma forte associação entre capital social e factores económicos.

3. A problemática quantitativa do capital social

Assim como a definição de capital social não é consensual, o mesmo acontece com as formas de medição que têm sido avançadas nos anos mais recentes.

Iniciando com a proposta de medição sugerida por Fukuyama (2000:12) para o cálculo do stock de capital de uma sociedade, tem-se que:

$$KS = \sum [(1/r_n) * r_p * c * n]_{1...t}$$

Onde

n = nº elementos de um grupo

1...t = nº de grupos

c = coeficiente de coesão interna dos grupos⁴. Na opinião do autor, cada coeficiente **c** teria de ser determinado subjectivamente por um observador externo, observador que tomaria como critérios de avaliação os tipos de actividades dos grupos, a sua maior ou menor dificuldade de superação de conflitos, a realização de actividades sob pressão e outros factores;

r = "raio de confiança" que pode ser pensado como uma externalidade positiva, e, neste caso, seria designado por **r_p**⁵, porque é um benefício que acresce ao grupo, independentemente da acção colectiva que o grupo formalmente prossiga. Afirma Fukuyama que **r_p** no caso da maioria das famílias poderá ser igual a 1 e que, noutros casos, **r⁶** é muito pequeno, quando, por exemplo, os grupos são muito grandes mas a participação é muito pequena;

r_n = "raio de desconfiança", porque há grupos que produzem externalidades negativas⁷.

⁴ Não sendo, para nós, clara se a referência à coesão interna dos grupo é relativa aos elementos n dos grupos, se relativo aos t grupos e de que tipo de grupos.

⁵ Não se consegue perceber se p se refere a um grupo e, se sim, em que é que o grupo p se distingue dos grupos t, ou se p pretende ser a primeira letra do termo positivo.

⁶ Também aqui não se percebe se este **r** isolado se refere a **r_p** ou **r_t**

⁷ Neste caso, de novo, não percebemos: primeiro se o índice **n** deste **r** se refere ao número de elementos de um grupo, conforme definição inicial de Fukuyama; segundo, se **r_n** é uma externalidade negativa como afirma o autor, e se, antes, **r_p** era uma externalidade positiva, então que relação é possível estabelecer entre **r_n** e **r_p**, ou, então, porque não se optou pela variável (1/ **r_p**) pressupondo que o inverso de uma externalidade positiva é uma externalidade negativa; terceiro e último aspecto, se **r** era designado de "raio de confiança", o qual seria uma externalidade positiva, e se **r_n** é o "raio de desconfiança" ou externalidades negativas, desconhece-se qual será a relação entre um e outro, para além de não se perceber porque é que não se optou pela variável (1/ **r**).

Esta fórmula genérica, sugerida por Fukuyama (2000:12) apresenta, na nossa aceção, algumas dúvidas, quer formais, quer teóricas.

Dúvidas Formais

- 1.** Porque considera Fukuyama o capital social um **stock** e não **um fluxo**? Pensamos que seria mais adequado considerá-lo um fluxo, primeiro porque a noção de fluxo é dinâmica e a de stock estática, segundo, porque um stock exige a contabilização do seu saldo (diferença entre o stock final e o inicial), saldo que, no caso do capital social será impossível de “calcular”, porque este “capital” é diferente do capital económico (embora difíceis, existem estimativas para o saldo do stock de capital de uma economia) e do capital cultural (neste caso, as despesas em educação, assim como o volume de certificados e diplomas emitidos, poderão ser *proxys* do stock capital cultural).
- 2.** Dificilmente se conseguiria interpretar o resultado do somatório de um produto de componentes por se desconhecer a realidade que esse resultado pretenderia traduzir, para além de não serem conhecidos os intervalos de variação de cada um dos coeficientes a serem estimados.
- 3.** Não nos parece clara a escolha de um somatório para o produto de componentes, já que seria possível seleccionar outras formas de agregação igualmente legítimas como um “produtório” ou um “integral” se acaso a análise a realizar fosse macro.
- 4.** Também nos parece difícil a possibilidade de operacionalização deste modelo avançado por Fukuyama, quer para um País, quer para uma particular comunidade, não, apenas, pelas contradições paramétricas que apresenta, como, também pela dificuldade inerente à medição subjectiva do nível de coesão interna dos grupos porque não são avançados critérios de avaliação, nem justificações para a medição subjectiva.

Dúvidas Teóricas

- 1.** Para uma possível “mensuração/contabilização” do capital social não são importantes, apenas, variáveis como o número de grupos, os elementos que os compõem, as suas características e as externalidades que geram. Factores ou componentes adicionais, não consideradas por Fukuyama, serão igualmente relevantes e importantes nas análises a realizar como sejam, por exemplo, os níveis de talento natural (individuais e colectivos), os níveis de inteligência (*idem*), os níveis de sorte (*idem*), os níveis de esforço/vontade (*idem*), etc.

2. Não serão simples de efectuar potenciais inferências sobre as relações possíveis entre factores e componentes a incluir em qualquer abordagem sobre o capital social;
3. Também será difícil, senão impossível, obter o “melhor modelo” representativo dos fluxos de capital social existentes em determinada sociedade, para além da dificuldade, senão impossibilidade, da “universalização” do mesmo, pelo menos, com configurações semelhantes às conseguidas para os modelos representativos da evolução capital humano, cujas *proxies* encontradas foram as despesas, públicas e privadas, efectivas em educação e R&D, ou para o cálculo da evolução do capital físico (despesas públicas e privadas em infra-estruturas).

Reconhecendo Fukuyama (2000:12) que

*“(...) as this exercise indicates, producing anything like **a believable census of a society’s stock of capital is nearly an impossible task**, since it involves multiplying numbers that are either subjectively estimated or simply nonexistent (...) this leads us to the other source of data that has been used as a proxy for social capital, survey data on trust and civic engagement”* (sublinhado nosso)

parece-nos residir neste seu excerto a realidade do que está em causa quando se efectuam investigações no sentido de encontrar as melhores *proxies* para o capital social de uma sociedade.

Todavia, embora se pense ser difícil poder um dia chegar-se a uma medida “*standard*” do capital social, existem cada vez mais estudos no sentido da harmonização do “cálculo” de *proxies* do capital social, como o comprovam o “*Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital (INQUESOC)*” do Banco Mundial 2002), elaborado por Michael Woolcock et al., o qual é constituído pelas seguintes secções de inquirição: **1.** Grupos e Redes; **2.** Confiança e Solidariedade; **3.** Acção Colectiva e Cooperação; **4.** Informação e Comunicação; **5.** Coesão Social e Inclusão; **6.** *Empowerment* e Acção Política.

Parecendo ser exaustivo na tentativa de cobertura das principais preocupações teóricas subjacentes (como o demonstram as questões específicas inseridas em cada secção), foi também com este objectivo que a OCDE organizou em Londres, de 25 a 27 de Setembro de 2002, a Conferência Internacional subordinada ao tema “*Measurement of Social Capital*”, no sentido de se procurarem formas de inquirição *standard*, pelo menos nos seus Estados membros, para “medir” o capital social. É neste contexto que, a maioria dos Países Membros que participaram nesta conferência, fizeram sugestões sobre a forma e conteúdos desses inquéritos a realizar, propondo, alguns países, que contivessem campos semelhantes aos apresentados no inquérito do Banco Mundial.

Feita uma leitura atenta da comunicação apresentada por Petr Matejü nessa conferência, a sua abordagem é digna de salientar por chamar a atenção para a forma como essa medição (a ser prosseguida) tem de ser realizada na Rússia, uma vez que este País tem particularidades que não podem ser negligenciadas. Na sua opinião, embora pretenda contribuir para o consenso, salienta, contudo, que o principal problema é existirem, pelo menos, duas abordagens significativamente diferentes sobre o conceito de capital social:

*“Social capital defined as mostly an **attribute of an individual**, as a person’s potential to activate and effectively mobilize a network of **social connections** based on **mutual recognition** of proximity (in a social space) and maintained by symbolic and material **exchanges** (Bourdieu)”. In this context, social capital has the properties of the **private good**, which individuals accumulate and use to achieve their own goals;*

*Social capital defined as mostly an **attribute of a society**, as a quality of networks and relationships enabling individuals **to cooperate** and act collectively (Putnam). Within this framework, social capital is based on the high degree of interpersonal **trust** as well as on the **trustworthiness** of public and political institutions that establish and uphold the **rule of law**, making all kinds of exchanges transparent and safe. For these reasons social capital has the properties of a **public good** facilitating achievement of higher levels of efficiency and productivity. (Matejü, 2002:2) (sublinhados do autor)*

Para este autor existem dificuldades em reconciliar estes dois conceitos: a primeira, reside no facto de a maioria dos economistas preferirem a interpretação de Putnam e alguns sociólogos, que se esforçam por explicar a reprodução das desigualdades, preferirem mais a conceptualização de Bourdieu e Coleman; a segunda reside no facto de, em geral, se basear o capital social na confiança e cooperação para prosseguir objectivos comuns (como crescimento e *performance* económica) em sociedades relativamente estáveis e com instituições políticas bem estabelecidas, como, por exemplo na Europa Ocidental e América do Norte. Ora, segundo o autor, este argumento não é linear nas sociedades em transformação, nomeadamente nas sociedades pós-comunistas, onde as instituições começam, agora, a ser reconstruídas e, por isso, a mudança política tem afectado fortemente a confiança nas instituições, confiança que não demonstra uma direcção clara em termos de qualidade das relações, no sentido da prossecução dos objectivos antes apontados; por fim, o autor salienta que o acréscimo das desigualdades e as profundas alterações da estrutura social, nos países em transformação, têm conduzido, nestes países, a investigações que colocam, mais, o acento no mecanismo mobilidade social do que nos factores utilizados pelas democracias ocidentais.

De forma sumária e depois de ilustrar os três regimes diferentes pelos quais estas sociedades passaram, Matejü chega à conclusão que, de acordo com alguns estudos comparativos nas sociedades em transformação, os reais “ganhadores” têm sido os que têm conseguido combinar capital político do passado (quadros da nomenclatura, tecnocratas comunistas) com capital cultural (educação, conhecimento). O capital político possibilitou esta via ao criar redes sociais e manutenção de elos úteis (capital social); o capital cultural por sua vez, tem conduzido a uma

elevada flexibilidade para colocar todos estes activos em acção sob novas condições. Dos vários estudos realizados nos países em transformação, o autor conclui que todos os indicadores que medem a dimensão formal do capital social (confiança, participação e envolvimento cívico, interesse político e confiança nas instituições) não oferecem problemas, já a dimensão informal (participação em redes informais de trocas) apresenta-se, sempre, subavaliada. Daí o autor considerar que alguns passos foram dados no sentido do debate sobre o papel do capital social formal para o crescimento económico, enquanto que ao nível do seu papel na transformação da estrutura social e na determinação das oportunidades muito falta fazer.

Na sua perspectiva, a agenda futura, em geral, depois de se superarem alguns problemas de reconciliação de conceitos e formas de medição, deveria concentrar-se em torno de quatro temas (Matejü, 2002:5):

- 1) (...) to trace the use of potentially suitable indicators of various dimensions of social capital in existing comparative surveys;*
- 2) to create scales representing distinct dimensions of social capital and to assess their reliability in different social and cultural systems;*
- 3) to analyze the relationships between the main dimensions of social capital in different systems;*
- 4) to assess relationships between the main dimensions of social capital and other relevant variables (e.g. political efficacy and other relevant political attitudes, one's position in class structure and social stratification, etc.)*

Defende o autor que para os países pós-comunistas, a agenda de investigação deve tentar desenvolver medidas de capital social que conduzam ao envolvimento dos "weak social ties" (redes no sentido de Bourdieu) e na criação de oportunidades de vida para as pessoas (mobilidade profissional e de emprego, acesso a recursos de valor elevado, etc.). Ainda segundo a sua opinião, para atingir este objectivo devem ser considerados dois grupos de indicadores: **1)** indicadores de capital social que decorram da aferição de uma posição actual, ou passada, na estrutura social e na estrutura de poder (capital social posicional); **2)** indicadores de envolvimento activo das pessoas na construção de redes com base no reconhecimento mútuo da utilidade de vários tipos de trocas (capital social posicional).

Esta referência à construção de indicadores de posição na estrutura social, a ter em conta nas possibilidades de medição do capital social de uma sociedade, constitui uma sugestão importante, porque, como afirma o autor e se constata na difusão dos estudos sobre medição do capital social, a maioria tem enveredado pela aferição da participação cívica, níveis de confiança interpessoal e nas instituições, como as principais formas de medição do capital social.

Outra via, prosseguida por alguns autores, para validar alguns dos argumentos defendidos, sobretudo, pelo Banco Mundial e OCDE, tem sido a da utilização de dados qualitativamente

obtidos, em modelos econométricos, com o objectivo de “quantificar” a correlação existente entre crescimento económico (ou níveis de riqueza) de um país e o seu “capital social”.

Neste sentido e, na nossa opinião, de forma algo “tecnocrata” podem encontrar-se modelizações, para a função de produção (ou rendimento nacional) de um país, como a sugerida por Ronaldo Arraes (2003):

$$Y(t) = K(t)^\alpha H(t)^\beta S(t)^\gamma [A(t)L(t)]^{1-\alpha-\beta-\gamma}$$

Onde $0 < \alpha, \beta, \gamma < 1$ e $Y(t)$ é a função de produção (tipo Cobb-Douglas com rendimentos constantes à escala); K é o capital financeiro; H é capital humano; S seria o capital social; L o trabalho e A o progresso técnico e/ou tecnológico.

Afirma o autor do modelo que o produto marginal do capital social é positivo, isto é, que a diferenciação de $Y(t)$ em ordem a $S(t)$ é positiva (não sendo muito perceptível a forma como se pode fazer esta afirmação, tendo em conta as suas externalidades negativas, por exemplo) e que a taxa de crescimento do capital social num país é dada pela expressão:

$$\partial S / \partial t = S_s Y(t)$$

onde S_s constitui a parte do rendimento “investido” em capital social.

Ora, inicialmente a função de produção Cobb-Douglas (avançada pela teoria neo-clássica) considerava, apenas, os recursos Capital (K), Trabalho (L) e Progresso Técnico (A). O recurso capital dizia respeito, essencialmente, à Formação Bruta de Capital Físico (conceito aproximado do investimento). Mais tarde, nas décadas 60 e 70, complexificou-se a interpretação do recurso capital e passou a considerar-se que todo o investimento em capital humano (educação e despesas de Investigação e Desenvolvimento – I&D) também poderia constituir uma variável relevante para a explicação dos níveis de riqueza (Y) de um País. O recurso capital passou, então, a integrar a componente “física” e a componente “cultural”. Agora, propõe-se complexificar ainda mais o recurso capital, ao descobrir-se que o “Capital Social (S)” também pode vir a constituir uma nova componente do recurso “capital” para explicar, de forma complementar, os níveis de riqueza e bem-estar de um País. Desta forma, pensamos que a complexificação do recurso Capital oferece potencialidades que os outros recursos (trabalho e progresso técnico) não têm registado, pelo menos, ao nível da sua modelização. Têm sido mais profícuas as fórmulas avançadas para a quantificação, mais ou menos complexa, do recurso capital do que formas alternativas de contabilizar o factor trabalho, por exemplo. Este último, tem sido e continua a ser quantificado pela via dos salários e produtividade. Talvez a complexificação do recurso “capital” se revele mais exequível e segura que a do recurso “trabalho” pela facilidade de objectivação da sua

rentabilização via medições mais ou menos *standards*. De facto, em princípio todo o “capital” pressupõe (passe a redundância) “capitalização” (acrescer capital ao capital inicial), “rentabilização” e acumulação (como afirmava Bourdieu), residindo, neste termo, a emergência da designação capitalismo e sociedades capitalistas.

Sobre esta problemática, muitos são os autores que põem em causa o termo “capital” na designação “capital social”, como, por exemplo, Adler and Kwon (2000:54). À pergunta que colocam “mas será capital?” respondem que, pese embora seja um recurso com algumas características semelhantes a outras formas de capital (o criar expectativas de rendimentos futuros; o ser “apropriável”; ser complemento ou substituto de outros recursos; e necessitar de manutenção), contudo, difere das outras formas de capital, pelas suas especificidades, mais concretamente pela interpretações controversas de que ainda é objecto, nomeadamente os binómios bem público/bem privado, externalidades negativas/positivas geradas e, por fim, porque não será fácil, senão impossível “quantificar” o investimento inerente a qualquer tipo de capital e, logo, ao “capital” social. Na opinião destes autores, a qual partilhamos, o termo “capital” deveria ser empregue apenas metaforicamente.

São, por conseguinte, muitas as interrogações que as modelizações econométricas, de que a anterior foi apenas um exemplo, suscitam a propósito do conceito e medição do capital social, como:

- Que parte do rendimento pode ser afecta a investimento em “capital social”? Nas publicações consultadas não se encontram muitas referências;
- Será sempre possível afirmar que a relação entre crescimento económico e “capital social” é positiva e, se em caso de o não ser, que justificações serão plausíveis para a relação contrária?
- No futuro, a variável “capital social”, quando tomada como independente, terá que argumentos explicativos, isto é, quais serão as variáveis dependentes que a explicarão de forma mais robusta? Variáveis qualitativas apenas (como as respostas a inquéritos sobre confiança nas pessoas, participação cívica de entre outras), ou também se poderão considerar variáveis quantitativas na sua explicação (como níveis de rendimento, níveis de escolaridade e outras)? É do conhecimento geral que no caso do investimento físico, os argumentos da função são, em geral, o investimento autónomo e a taxa de juro, assim como no capital humano são as despesas em educação e I&D. Para o investimento em capital social será possível conseguir, algum dia, um argumento consensual?

Para finalizar este ponto, retinha apenas a afirmação de Woolcock (2000:14) (pese embora, se discorde da forma como, depois, defende a “quantificação” do capital social) quando diz:

*“(...) **Lograr una medida única e veraz del capital social es una tarea probablemente imposible.** Varias son las razones: en primer lugar, las definiciones más completas del concepto son multidimensionales pues incorporan diferentes niveles e unidades de análisis; en segundo lugar, la naturaleza y las formas del capital social cambian con el tiempo en la medida en que varía el equilibrio entre organizaciones informales e instituciones formales; por último, puesto que, al comienzo de la investigación en este campo, nunca se diseñaron estudios de largo plazo y multinacionales para medir este capital, los investigadores contemporáneos han debido recopilar índices de un abanico de ítemes aproximados (medidas de confianza, confianza en los gobiernos, tendencias electorales, movilidad social, entre otros).* (sublinhado nosso)

Por muitas aproximações quantitativas que se tentem, serão sempre “representações” débeis do capital social, porque este a ser possível de quantificar e utilizar tornaria possível “manipular” o “profundo” do Homem e, este, é incomensurável, infinito, indefinido.

4. Reflexões conclusivas

Em vez da pergunta formulada por Peixoto e Marques (2003:25) no sentido de conhecer “De que falamos quando falamos de capital social?” colocaríamos, antes “Do que será legítimo falar quando se fala de capital social?”

A maioria das investigações feitas nas duas últimas décadas, sobretudo ao longo da década 90, tomam como referência a conceptualização de James Coleman e de Putnam sobre capital social, sem dúvida as mais defendidas por organizações internacionais como, por exemplo, o Banco Mundial e a OCDE, pese embora desconhecemos, em parte, as razões por que estão estas instituições, no presente, tão preocupadas com o capital social como um dos factores críticos para o desenvolvimento das comunidades. No passado, o aprofundamento das questões em torno do capital humano teve um entusiasmo idêntico no sentido do aprofundamento das relações desta variável com o crescimento económico e bem-estar dos países e, hoje, a OCDE reconhece que

“(...) depuis le début des années 80, les mesures du bien-être révèlent un retard par rapport à l'évolution du PIB par habitant dans de nombreux pays de l'OCDE (...) et que outre les avantages dont profitent les individus, l'investissement dans le capital humain peut être bénéfique pour l'économie dans son ensemble. En principe, il devrait être possible discerner cette incidence économique globale dans le taux de croissance économique, mais en pratique il est difficile de la confirmer et de la chiffrer.(...)”⁸.

Advém provavelmente desta conclusão, o seu interesse pelo estudo do capital social, por se considerar que poderá ser uma variável com maior poder explicativo para o crescimento

8 OCDE (2001), Le bien-être des Nations: le rôle du capital humain et social, Résumé in <http://www.ocde.org>, p. 2

económico e bem-estar das Nações por ser, já, insuficiente considerar apenas o capital humano (enquanto capital cultural) e o capital físico.

Não retirando a valia dos estudos e aprofundamentos que a OCDE e Banco Mundial neste campo têm promovido, sobre a conceptualização e aplicação do capital social, parece-nos, contudo, algo perigoso relacionar o capital social exclusivamente com a prossecução de fins económicos, como parece ser o sentido da maioria dos estudos já realizados no âmbito da OCDE e do Banco Mundial, principalmente os que têm tentado fazer a sua medição com o objectivo de o relacionar em exclusivo com o crescimento do PIB por habitante ou o nível de bem-estar de um determinado País. Desconhecemos, salvo raras excepções e embora possam existir mais, investigações no sentido do aprofundamento da concepção teórica e das múltiplas formas que reveste o capital social, assim como nos parece que, muito mais será necessário fazer no sentido da emergência de uma teoria do capital social consistente e consolidada, à semelhança das já existentes no campo do capital económico e capital humano.

Continuará a ser difícil teorizar sobre capital social. As opiniões divergem em função das correntes subjacentes à sua análise: mais funcionalistas, umas, mais economicistas, outras, mais estruturalistas, outras ainda, e outras "menos catalogáveis".

Segundo algumas opiniões Pierre Bordieu terá realizado uma análise redutora e estruturalista do capital social (capital simbólico), segundo outras opiniões, Putman terá conceptualizado o capital social de uma forma muito funcionalista. E amanhã o que se pensará das muitas abordagens que vão surgindo?

Não sendo a "catalogação" das abordagens o que consideramos mais importante mas, antes, o "uso" que delas pode ser feito, a reflexão nesta matéria, para além de ser muito recente, avança com alguns argumentos que, a serem "tomados á letra" no futuro, poderão dar origem a "leituras" redutoras e idênticas às que, num passado se recente, se fizeram em relação ao capital humano.

Não será provável que os homens estabeleçam, apenas, relações egoístas que visem a prossecução exclusiva de objectivos/interesses possíveis de materializar económica e socialmente. Também, dificilmente a avaliação de externalidades, negativas e/ou positivas, poderá ser neutra, caso se considere um avaliador externo ou para os grupos/comunidades a que respeita essa avaliação, ou seja, toda e qualquer avaliação será sempre subjectiva. Todas as interpretações são subjectivas e dependentes do ângulo de visão, a forma como são difundidas objectivamente é que têm repercussões colectivas. Les Systèmes d' Exchange Libres (SEL) ou todos os grupos/comunidades que se auto-organizam para prosseguirem os fins a que se propõem, não são em si melhores nem piores que outras formas de organização, são diferentes, são alternativas. O capital social inerente a cada elemento pertencente a estes grupos/comunidades, "factor" que os

terá mobilizado para a acção colectiva, não nos parece susceptível de ser comparado com o capital social inerente aos adeptos da Inquisição ou aos elementos pertencentes a múltiplas comunidades étnicas. Porém, via apuramento de resultados de inquéritos, poderíamos chegar a níveis de participação e envolvimento social semelhantes nestes grupos, isto é, poderíamos obter níveis de confiança nas instituições semelhantes para os diferentes grupos. A ser possível chegar a uma "modelizações" *standard* para a função explicativa do capital social e a atingirem-se argumentos explicativos semelhantes para realidades tão diferentes, qual será a sua interpretação? Esta questão remete-nos para uma discussão passada sobre o "indicador de desenvolvimento humano" que nos anos 70 e 80 teve lugar, já que a forma como, então, era calculado originava valores idênticos para um determinado país sub desenvolvido e para um outro considerado desenvolvido. Terá sido nesse contexto que se sugeriu, anos depois, o cálculo de um indicador compósito para a tradução do "desenvolvimento humano". A necessidade de reflexão mais profunda sobre a conceptualização e a mensuração do "capital social" será a melhor via para não continuarem a surgir críticas como as citadas por Woolcock (2001:5) tal que:

"(...) Según los críticos, el capital social tiene imperfecciones porque:

- o Simplemente vuelve a presentar viejas ideas; tiene más estilo (buena "mercadotecnia") que sustancia;*
- o No es nada más que lo último que está de moda/en boga en las ciencias sociales;*
- o Fomenta y recompensa el "imperialismo económico" (relaciones sociales como "capital"?);*
- o Ignora los factores del poder, especialmente en el caso de aquellos que en términos relativos carecen de poder.*

Para terminar deixávamos algumas questões que consideramos cruciais para uma reflexão profunda e futura sobre esta problemática quantitativa e qualitativa do capital social:

- 1.** Resultará o capital social da interacção entre os indivíduos, isto é, das redes de relações que estabelecem ou, antes, das suas características pessoais (no sentido de maior ou menor aptidão para o envolvimento em relações sociais, de maior ou menor nível de inteligência pessoal e emocional, de maior ou menor propensão para confiar, etc.)?
- 2.** A maior ou menor participação cívica tem uma relação directa ou inversa com o capital social? E a ser directa será proporcional? Ou seja, será que, como defendia Robert Putnam, quanto maior for a participação cívica, maior será a magnitude do capital social e, inversamente, quanto mais se isolarem os indivíduos mais declinará esse mesmo capital?
- 3.** Resultará a dimensão do capital social da "capitalização" instrumental (no sentido do estabelecimento de relações com objectivos pré determinados) deste recurso por parte dos indivíduos ou, antes, da natureza das relações que os indivíduos estabelecem entre si (relações de confiança, reciprocidade, altruístas e outras de cariz normativo)?
- 4.** Poderão as redes de relações virtuais (via Internet) incrementar efectivamente o "capital" social? Como avaliar e medir?

5. *Será que o capital nasce das normas e modelos de socialização aceites e legítimos no interior de cada sociedade? Ou será que se trata de uma variável mais macro, podendo ser visto como o produto lateral ou não perspectivado da religião, da tradição e da experiência histórica partilhada?* [Peixoto, João e Marques, Rafael (2003:27)]
6. Se a reflexão em torno do conceito de capital social e sua medição suscita tanta controvérsia, não será porque se estará a tentar “tocar” em algo que, outrora, se considerava intocável (as relações familiares, de vizinhança, de parentesco, de amizade e outras) pelo seu carácter “sagrado” e/ou profano?
7. Será legítimo tentar “capitalizar” algo inerente ao ser humano – viver em sociedade – pela não existência de alternativa? Como poderia o ser humano viver sem relações sociais?

Sendo esta problemática de investigação ainda tão recente e perante as inúmeras dúvidas de que ainda é objecto, terminamos com uma afirmação de Max Weber (2005:127) pela sua acuidade e actualidade:

*“(...) A intelectualização e a racionalização geral não significam, pois, um maior conhecimento geral das condições da vida, mas algo de muito diverso: o saber ou a crença em que, se alguém **simplesmente quisesse, poderia**, em qualquer momento, experimentar que, em princípio, não há poderes ocultos ou imprevisíveis, que nela interfiram; que, pelo contrário, todas as coisas podem – em princípio – ser **dominadas** mediante o cálculo. Quer isto dizer: o desencantamento do mundo.”* (sublinhados do autor).

Ou seja, uma via de investigação futura desta problemática, poderá residir no reinventar do “estar socialmente”, humano e autêntico, sem relações “calculáveis/capitalizáveis” mas, antes, “socializantes”/“integrantes”.

5. Bibliografia

- Adler, Paul S., Know, Sook-Woo (2000), “Social Capital: Prospects for a New Concept”, <http://www.worldbank.org/>, Version: September 4, 2000, 69 p.
- Arraes, Ronaldo de Albuquerque et al. (2003) *Implicações do Capital Social e do Capital Político no Desenvolvimento Económico*, UFC, 23 p.
- Banco Mundial (2002), <http://worldbank.org/>, Social Capital Thematic Group, 4 de Março
- Banco Mundial (2003), <http://worldbank.org/poverty/spanish/scapital/index.htm>
- Bourdieu, Pierre (1986), *The Forms of Capital*, in John G. Richardson (ed.): *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, New York, Greenwood Press, pp. 96-111.
- Coleman, James (1988), *Social Capital in the Creation of Human Capital*, American Journal of Sociology, Volume 94, Supplement, pp. 95-120.

- Elias, Norbert (2004), *A Sociedade dos Indivíduos*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, Portugal, 2ª Edição, Setembro, 259 p.
- Fukuyama, Francis (1996), *Confiança – Valores Sociais e Criação de Prosperidade*, Gradiva – Publicações, Lda., Lisboa, Portugal, 1ª edição, Setembro, 412 p.
- Fukuyama, Francis (2000), *Social Capital and Civil Society*, International Monetary Fund, Working Paper, WP/00/74, 18 p.
- Lin, Nan (2001), *Social Capital: A Theory of Social Structure and Action*, Cambridge, University Press, Structural Analysis in the Social Sciences nº 19, 410 p.
- Matejü, Petr (2002), *Social Capital: Problems of its conceptualization and measurement in transforming societies*, Paper prepared as a contribution to the OECD-ONS Conference on Social Capital Measurement in London, 25-27 September, 16 p.
- OCDE (2001), *Le bien-être des Nations: le rôle du capital humain et social*, Résumé in <http://www.ocde.org>
- OCDE (2001), *Le bien-être des Nations: le rôle du capital humain et social*, Résumé in <http://www.ocde.org>
- Peixoto, João e Marques, Rafael (orgs)(2003), *A Nova Sociologia Económica*, Celta Editora, Oeiras, 253 p.
- Portes, Alejandro and Sensenbrenner, Julia (1998), *Embeddedness and Immigration: Notes on the Social Determinants of Economic Action*, American Journal of sociology, 98(6), pp. 1320-1350.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Celta Editora, Oeiras, 160 p.
- Portes, Alejandro (2000), "Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33, Oeiras, Setembro, pp. 133-158.
- Putnam, Robert (1996), "The Strange Disappearance of Civic America", *The American Prospect*, Volume 7, Issue 24, December 1, pp. 34-48.
- Siisiäinen, Martti (2000), *Two Concepts of Social Capital: Bourdieu vs. Putnam*, University of Jyväskylä, Department of Social Sciences and Philosophy, July, 26 p.
- Steiner, Philippe (1999), *La Sociologie Economique*, Editions La Découverte, Repères nº 274, Paris, 123 p.
- Weber, Max (2005), *Três Tipos de Poder e outros Escritos*, Tribuna da História – Edição de Livros e revistas, Lda., Lisboa, Portugal, 1ª edição, Janeiro, 194 p.
- Woolcock, Michael and Narayan, Deepa (2000), *Capital Social: Implicaciones para la Teoría, la Investigación y las Políticas sobre Desarrollo* in <http://www.worldbank.org/poverty/scapital>

Woolcock, Michael (2001), *La importancia del capital social para comprender los resultados económicos y sociales*, Artigo enviado directamente por povdocuments@forumone.com, através de solicitação, via *site* do Banco Mundial, em Junho de 2003, 11 p.